



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 592/2014

Assunto: Aprovar a suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área correspondente à Unidade de Execução 1, com estabelecimento de medidas preventivas para a mesma zona, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal.

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público - Vereador Manuel Salgado

Serviço: DMPRGU / DPRU / Divisão de Planeamento Territorial

Considerando que:

De acordo com a Deliberação n.º 405/CM/2014, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1067, de 31 de julho de 2014, tomada em reunião pública de Câmara realizada em 23 de julho de 2014, a Câmara Municipal deliberou proceder à alteração do Plano de Pormenor das Amoreiras, tendo aprovado os Termos de Referência que fundamentam a oportunidade da sua alteração e fixam os respetivos objetivos e estabelecem o prazo de 180 dias para a sua alteração, a dispensa de avaliação ambiental e a abertura do período de participação pública preventiva, assim como o envio à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo da proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área correspondente à Unidade de Execução 1, com estabelecimento de medidas preventivas para a mesma zona;

Nos termos do n.º 4 do artigo 93.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excecionais que se repercutam no ordenamento do território, pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes;

Se trata de circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local para a zona em causa, enquadráveis na alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º do RJIGT que, sendo incompatíveis com as disposições constantes do referido instrumento de gestão territorial, não podem ser implementadas;

A suspensão incide sobre os elementos constituintes do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área correspondente à Unidade de Execução 1, conforme Informação Técnica n.º 29312/INF/DIVPT/GESTURBE/2014, extrato da planta de implantação e Relatório de

Fundamentação, elementos que acompanharam a Deliberação n.º 405/CM/2014, de suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, e que se encontram em anexo à presente Proposta;

A suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras abrange concretamente todas as disposições do respetivo Regulamento, e, vigora pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação no Diário da República, prorrogável por mais um ano, caducando com a entrada em vigor da Alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 e do n.º 8, ambos do artigo 100.º do RJIGT, a suspensão é determinada por Deliberação da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal e implica, obrigatoriamente, o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração do plano municipal de ordenamento do território em vigor para a área em causa;

A área em causa não foi abrangida por medidas preventivas nos últimos quatro anos, atento o disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 112.º do RJIGT;

Nos termos da Deliberação n.º 405/CM/2014, e observando o estabelecido nos n.ºs 4 e 7 do artigo 100.º e do n.ºs 3 e 4 do artigo 109.º do RJIGT, foi solicitado através do Ofício n.º 8862/OFI/DIVPT/GESTURBE/2014, o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, parecer que deve acompanhar esta proposta de suspensão a enviar à Assembleia Municipal;

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo emitiu um parecer desfavorável através do OF.S08640-201408-DSOT/DGT, 16.150.10.50.00008.2009, de 28 de agosto de 2014, em anexo à presente Proposta, o qual recaiu sobre o prazo da suspensão e sobre a indicação das disposições suspensas do Regulamento, bem como quanto à formulação do objetivo das Medidas Preventivas e seu âmbito material, em conformidade com o disposto no artigo 107.º, n.º 4 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

Os Serviços Municipais promoveram reunião com a CCDR-LVT que teve lugar no dia 3 de outubro 2014 e na qual a CML apresentou proposta de alteração indo ao encontro dos aspetos formais para os aperfeiçoamentos indicados pela CCDR-LVT, alterações que integram o Relatório de Fundamentação da Alteração do Plano, anexo à presente Proposta;

A CCDR-LVT emitiu novo parecer, através do OF. S10819-201410-DSOT/DGT, 16.150.10.00008.2009, de 20 de outubro de 2014, que resultou da análise técnica e jurídica aos elementos enviados pelos Serviços Municipais e se encontra em anexo à presente Proposta;

Nesse sentido, e considerando que as Medidas Preventivas propostas traduzem-se na aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) em vigor para os espaços a consolidar centrais e residenciais, em polaridades urbanas (POLU), foi revisto e adaptado o seu âmbito material, tendo em vista tornar a respetiva redação mais determinada e objetiva, através da identificação expressa das normas do RPDML a aplicar, em substituição do normativo do Plano de Pormenor em causa;

O texto final das medidas preventivas para a área correspondente à Unidade de Execução 1 do Plano de Pormenor das Amoreiras, encontra-se anexo à presente proposta.

Assim, tenho a honra de propor que o Plenário da Câmara Municipal de Lisboa delibere:

Propor à Assembleia Municipal de Lisboa que determine a suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área que coincide com a Unidade de Execução 1 (UE 1), tal como assinalada nas plantas anexas à presente proposta, e que dela fazem parte integrante, e que incide sobre todas as disposições do respetivo Regulamento e vigora pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação no Diário da República, prorrogável por mais um ano, caducando com a entrada em vigor da Alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras, com estabelecimento de Medidas Preventivas para a mesma área, cujo texto se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *b)* do n.º 2, dos n.ºs 3, 7 e 8 do artigo 100.º e nos n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 107.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

Lisboa, Paços do Concelho, aos 22 de Outubro de 2014

O Vereador



Manuel Salgado

Texto das Medidas Preventivas estabelecidas por motivo da suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área correspondente à Unidade de Execução 1

Artigo 1.º

Objetivo

As Medidas Preventivas são estabelecidas para garantir as condições necessárias ao correto ordenamento do território na área correspondente à Unidade de Execução 1 (U.E.1).

Artigo 2.º

Âmbito territorial

Fica sujeita a Medidas Preventivas a área delimitada na planta anexa, que inclui a totalidade da Unidade de Execução 1 (U.E.1) do Plano de Pormenor das Amoreiras.

Artigo 3.º

Âmbito material

As Medidas Preventivas consistem na suspensão do Plano de Pormenor das Amoreiras na área correspondente à Unidade de Execução 1 (U.E.1) e aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) em vigor para os espaços a consolidar centrais e residenciais, em polaridades urbanas (POLU), designadamente os artigos 58.º a 60.º e 73.º a 79.º, todos do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

Artigo 4.º

Entrada em vigor e âmbito temporal

1 - As Medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no «Diário da República» e caducam com a entrada em vigor da Alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras, tendo como limite máximo dois anos, prorrogável por mais um, conforme disposto no n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

2 - Durante o prazo de vigência referido no número anterior, fica suspenso o Plano de Pormenor das Amoreiras na área abrangida pelas medidas preventivas, por força do n.º 3 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.



RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS

ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS

A área objeto do plano de pormenor em vigor, ocupa uma superfície de aproximadamente 13,14 Ha e situa-se numa posição de charneira entre o bairro de Campo de Ourique e o complexo das Amoreiras, na atual freguesia de Campo de Ourique. Está limitada conforme as plantas anexas:

- A norte, pela Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Rua Tierno Galvan, Rua Carlos Alberto da Mota Pinto e Rua Maria Ulrich;
- A Nascente, pela Rua Silva Carvalho;
- A Sul, pela Rua de Campo de Ourique;
- A Poente, pela Rua Maria Pia.

Trata-se de área da cidade que sofreu inúmeras alterações nos últimos 50 anos, tendo evoluído de uma situação de periferia da cidade para uma das suas novas centralidades. Nos anos 40 do século passado, com a construção do viaduto Duarte Pacheco, nos anos 60 com a ligação à margem sul, através da Ponte sobre o Tejo, finalmente nos anos 80 com a construção do Complexo Torres das Amoreiras e o grande Centro Comercial, o pólo urbano identificado como “Amoreiras” transformou-se não só como uma porta de entrada na cidade mas também num ponto de atração relevante. Contudo, subsistem na área conjuntos edificados degradados, que convivem paredes meias com construções modernas edificadas recentemente, fruto em larga medida, da rutura que a abertura de novos eixos de saída da cidade em direção à Costa do Estoril ditou e que nunca foram convenientemente colmatados.

O bairro de Campo de Ourique é um bairro de iniciativa municipal, projetado em 1874 com a entrada de Frederico Ressano Garcia para a Câmara Municipal, constitui hoje um dos bairros da cidade com maior dinâmica social, resultante do equilíbrio existente entre a habitação e o comércio tradicional, atraindo pessoas exteriores ao bairro e funcionando como prolongamento do Centro Comercial da Amoreiras. Com um traçado regular, ruas relativamente amplas e manchas regulares de arborização, o projeto integrou elementos preexistentes como construções, pequenos quintais e algumas ruas já definidas, as quais foram regularizadas geometricamente. A rua de Campo de Ourique, antigo caminho que estabelecia uma ligação de continuidade, que vinha do Largo do Rato até ao Vale de Alcântara, foi entendida como um limite e ao mesmo tempo uma amarração que funcionava bem naquele quadro de cidade.

O Complexo das Amoreiras, construído nos anos 80, da autoria do arquiteto Tomás Taveira, é composto por um centro comercial ao nível do embasamento, 3 torres de serviços e 2 bandas de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
D I R E C Ç Ã O M U N I C I P A L D E P L A N E A M E N T O R E A B I L I T A Ç Ã O E G E S T Ã O U R B A N A
D E P A R T A M E N T O D E P L A N E A M E N T O E R E A B I L I T A Ç Ã O U R B A N A

habitação. Este conjunto enquadra-se numa corrente arquitetónica que se veio a designar por Pós-Moderna e tornou-se num ponto de referência da cidade.

No centro da área de intervenção localizam-se o reservatório de água da EPAL de Campo de Ourique e um ramal do Aqueduto das águas Livres, que constituem uma barreira entre o Bairro e o complexo das Amoreiras, mas que ao mesmo tempo, funciona como espaço de respiro e de enquadramento paisagístico fundamental, para quem entra ou sai da cidade, na relação que estabelece com Monsanto ou com o perfil urbano do alto das Amoreiras.

ANTECEDENTES

Com vista à resolução da estruturação dos terrenos municipais e propriedades anexas situadas na Rua José Gomes Ferreira, à requalificação do eixo urbano da Rua de Campo de Ourique e à conclusão da frente edificada na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, foram em Julho de 2008 aprovados os termos de referência do plano de pormenor das Amoreiras.

Ainda que com uma área de intervenção um pouco diferente havia já sido desenvolvida uma primeira versão de um plano de pormenor com início em Março de 1991, mas que não atingiu eficácia legal.

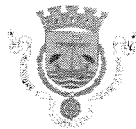
Concluído o processo de elaboração do plano de pormenor, a realização da Conferência de Serviços, a concertação e o período de Discussão pública, o plano foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa, em reunião de 29 de Março de 2011 (Deliberação n.º 58/AML/2009, e publicado em Diário da Republica, 2ª série, nº 85, a 3 de Maio de 2011).

O plano de pormenor, por forma a garantir uma mais rápida execução, delimitou três unidades de execução de modo a abranger todos os prédios nos quais o plano previu a construção de novos edifícios, a alteração da situação cadastral bem como de novas vias ou de espaços destinados a equipamentos e espaços verdes.

EXECUÇÃO DO PLANO

Imediatamente após a entrada em vigor do plano e para cada uma das três unidades de execução previstas, foram desenvolvidos todos os esforços no desenvolvimento dos procedimentos de execução, nomeadamente efetuadas reuniões com os proprietários envolvidos para acerto do processo.

No caso das UE2 e UE3 os procedimentos, ainda que não conclusivos, atingiram um patamar de desenvolvimento próximo da concretização, tendo sido para o efeito elaborados projetos para as operações de reparcelamento, bem como os respetivos contratos de urbanização.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

Já no que se refere à UE 1, foram efetuadas duas reuniões (a 29 de setembro de 2011 e 18 de fevereiro de 2014) para a qual foram convocados os proprietários envolvidos, para além de ofício enviado com data de julho de 2012 a solicitar a adesão ao processo, sem que no entanto se tenha obtido qualquer entendimento para prosseguir os projetos e a elaboração dos documentos conducentes à concretização da operação.

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS

Constatada a dificuldade em concretizar a execução do plano no quadro da normativa estalecida no plano de pormenor, verificada igualmente que enveredando pelo processo alternativo que a legislação concede, nomeadamente o mecanismo de expropriação previsto no artigo 128º do RJIGT, acarretaria encargos que no presente o município não dispõe, entendeu-se que o melhor caminho será a elaboração de uma Alteração ao plano.

Sem perder de vista os objetivos fundamentais consagrados nas peças do plano aprovado e publicado, nomeadamente os de recuperar e revitalizar esta área da cidade de Lisboa, propõe-se introduzir as alterações imprescindíveis à concretização em tempo adequado, das operações de transformação fundiária no quadro da distribuição equitativa dos benefícios e encargos dos proprietários envolvidos, bem como da cedência dos espaços para a execução das infraestruturas, dos espaços públicos, dos espaços verdes e dos equipamentos coletivos.

PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO

Não havendo na presente conjuntura condições económico-financeiras por parte da Câmara para acionar o processo expropriativo da escala do plano, nem tão pouco da UE 1, a mais onerosa, a presente situação constitui-se como uma situação de bloqueio à sua execução e, por consequência, à concretização dos objetivos estabelecidos nos termos de referência e nos documentos do plano.

De acordo com o n.º 4 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (RJIGT), a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excecionais que se repercutam no ordenamento do território, pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes.

De facto, estamos perante circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local para a zona em causa, impeditivas do desenvolvimento expectável e que retiram ao município as condições para dar cumprimento aos acordos firmados e assim prosseguir a concretização de interesses públicos relevantes. São pois



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

circunstâncias enquadráveis na alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT) que, sendo incompatíveis com as disposições constantes do referido instrumento de gestão territorial, não podem ser implementadas.

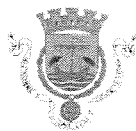
A suspensão incide sobre os elementos constituintes do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área correspondente à Unidade de Execução 1, conforme extrato da planta de implantação.

A suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras concretamente abrange todas as disposições do respetivo Regulamento e vigora pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação no Diário da República, prorrogável por mais um ano, caducando com a entrada em vigor da Alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 e do n.º 8, ambos do artigo 100.º do RJIGT, a suspensão é determinada por Deliberação da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal e implica, obrigatoriamente, o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração do plano municipal de ordenamento do território em vigor para a área em causa.

A área em causa não foi abrangida por medidas preventivas nos últimos quatro anos, atento o disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 112.º do RJIGT;

No que respeita às medidas preventivas para a área correspondente à Unidade de Execução 1 do Plano de Pormenor das Amoreiras, importa referir que a área da unidade de execução 1 constitui uma área de entrada na cidade, com elevada de acessibilidade por transporte público, onde se preconiza um modelo compacto de ocupação do território e a localização de funções urbanas de maior centralidade, sem comprometer a multifuncionalidade do tecido urbano ou seja, configura o conceito de Polaridade Urbana (POLU) consagrado na normativa da 1ª Revisão do PDM de Lisboa. Por essa razão e porque na Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço urbano do mesmo documento, a qualificação definida para a maioria da área da unidade de execução 1 é a de Espaço a consolidar, Espaço Central e Residencial -POLU, entendeu-se como o mais adequado e por forma a não constituir qualquer prejuízo, adotar a mesma qualificação de ordenamento à área objeto da suspensão.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANA
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

TEXTO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS ESTABELECIDAS POR MOTIVO DA SUSPENSÃO PARCIAL
DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS NA ÁREA CORRESPONDENTE À UNIDADE DE
EXECUÇÃO 1

Artigo 1.º

Objetivo

As Medidas Preventivas são estabelecidas para garantir as condições necessárias ao correto ordenamento do território na área correspondente à Unidade de Execução 1 (U.E.1).

Artigo 2.º

Âmbito territorial

Fica sujeita a Medidas Preventivas a área delimitada na planta anexa, que inclui a totalidade da Unidade de Execução 1 (U.E.1) do Plano de Pormenor das Amoreiras.

Artigo 3.º

Âmbito material

As Medidas Preventivas consistem na suspensão do Plano de Pormenor das Amoreiras na área correspondente à Unidade de Execução 1 (U.E.1) e aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) em vigor para os espaços a consolidar centrais e residenciais, em polaridades urbanas (POLU), designadamente os artigos 58.º a 60.º e 73.º a 79.º, todos do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

Artigo 4.º

Entrada em vigor e âmbito temporal

1 - As Medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no «Diário da República» e caducam com a entrada em vigor da Alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras, tendo como limite máximo dois anos, prorrogável por mais um, conforme o n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

2 - Durante o prazo de vigência referido no número anterior, fica suspenso o Plano de Pormenor das Amoreiras na área abrangida pelas medidas preventivas, por força do n.º 3 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

Outubro 2014

ATA DA REUNIÃO

SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS
ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS
UNIDADE DE EXECUÇÃO 1

Aos três dias do mês de outubro do ano de 2014, teve lugar uma reunião no âmbito do procedimento de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras e estabelecimento de Medidas Preventivas, no edifício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (doravante apenas CCDR-LVT) na Rua Alexandre Herculano, n.º 37, em Lisboa. Estiveram presentes em representação da CCDR-LVT, a Chefe da Divisão de Gestão do Território, Dr.ª Paula Pinto, a Eng.ª Anabela Cortinhal, a Dr.ª Margarida Cucharra e a Dr.ª Isabel Garcia. Compareceram em representação da Câmara Municipal de Lisboa (doravante apenas CML) o Diretor do Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, Arq. Paulo Prazeres Pais, o Chefe da Divisão de Planeamento Territorial, Arq. Eduardo Campelo, a Dr.ª Margarida Felgueiras e a Dra. Margarida Azevedo.

A presente reunião foi realizada a pedido da CML, na sequência da emissão do parecer desfavorável da CCDR-LVT à proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras na área correspondente à Unidade de Execução 1 e estabelecimento de Medidas Preventivas para a mesma zona.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas.

A CML procedeu ao enquadramento da proposta em causa e enunciou as motivações para o procedimento lançado por este Órgão do Município. Seguidamente, apresentou uma proposta com vista a ultrapassar as questões que haviam sido suscitadas pela CCDR-LVT, que resumidamente são as seguintes:

Quanto à Suspensão, foi invocada a falta de indicação do prazo e das disposições do Regulamento suspensas da deliberação municipal que recaiu sobre a proposta n.º 405/2014, conforme determina o artigo 100.º, n.º 3 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Quanto às Medidas Preventivas, foi mencionado que a razão de ser das medidas não pode ser o objetivo das mesmas, tal como vem proposto no artigo 1.º (Objetivo) do Texto das Medidas Preventivas estabelecidas por motivo da Suspensão Parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras na área correspondente à Unidade de Execução 1; no parecer da CCDR-LVT, concluiu-se ainda que o artigo 3.º desta proposta de estabelecimento de medidas preventivas, sob a epígrafe «Âmbito Material», não é consentâneo com o elenco taxativo de ações previstas no artigo 107.º/n.º 4 do RJIGT.

Os representantes da CM especificaram, em termos genéricos, os ajustamentos a introduzirem nas peças referentes à proposta da Suspensão e das Medidas Preventivas (MP).

Quanto à Suspensão, acrescentar, na parte deliberativa da próxima Proposta de Câmara e no Relatório de Fundamentação, o prazo e as disposições do Regulamento suspensas, em concordância com o que já está previsto nos Considerandos da Proposta n.º 405/2014 e Texto das Medidas Preventivas

ATA DA REUNIÃO
SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS
ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS
UNIDADE DE EXECUÇÃO 1

No âmbito das MP, ficou esclarecida a intenção do conteúdo do Artigo 3º se aplicar a todo o normativo do PDML, designadamente em matéria de estacionamento e delimitação de eventual unidade de execução para o local, entendendo a CML que, nos termos do Artigo 107.º, n.º 4 do RJIGT, o "âmbito material" pode consistir na proibição, na limitação ou na sujeição a parecer vinculativo das seguintes ações, pelo que a letra da lei não indica uma enumeração taxativa de ações que o Município tenha de adotar.

Acrescentou que as MP propostas, que se traduzem na aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) em vigor para os espaços a consolidar centrais e residenciais, em polaridades urbanas (POLU) têm um carácter antecipatório, destinam-se a não tornar onerosa execução do plano e não comprometem o atual procedimento Alteração ao Plano de Pormenor.

Acresceram algumas trocas de informação técnica sobre aspetos enquadradores desta proposta de Suspensão e da futura alteração do PP.

Questionada a CCDRLVT sobre a sequência do procedimento, foi esclarecido que deveria a CML apresentar oficialmente a nova versão/instrução para parecer.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, de que se elaborou a presente ata, a qual após lida e ratificada irá ser por todos os intervenientes assinada.

CTR

Edmundo Campelo

Alfio

Arganil Zerezo

Paulo Pinto

Henrique
Câmara
FCS



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Processo n.º 8257/exp/2014
Folhas n.º 1

8257/Exp/2014

DACM

Prop. n.º 592/2014
Fls.

20140801	1/1
ENT/36466/SG/DAOSM/DGMEAS/14	
02-09-2014 19:04:37	

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Campo Grande, 25
1749-099 LISBOA

Gabinete Director

03/09/2014

Assinatura
Direção Municipal de Planeamento,
Reabilitação e Gestão Urbanística

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
Of. n.º 8862/OFI/DIVPT/GESTURBE/2014	28-07-2014	S08640-201408-DSOT/DGT 16.150.10.50.00008.2009	28-8-2014

ASSUNTO: Suspensão Parcial e Medidas Preventivas
Plano de Pormenor das Amoreiras
Câmara Municipal de Lisboa
Lisboa / Lisboa

Na sequência do v/ ofício acima referido, rececionado nesta CCDR em 29-07-2014, junto se envia o Parecer desfavorável emitido no âmbito dos n.ºs 4 dos artigos 100º e 109º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro (RJGT), sobre a suspensão parcial do Plano de Pormenor referido e estabelecimento de Medidas Preventivas para a área da Unidade de Execução1 (UE1).

Com os melhores cumprimentos

O Presidente

João Pereira Teixeira

Damas Antunes

ANEXO: Parecer n.º 397/201408-DSOT/DGT (5 páginas)

AC



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Rua Alexandre Herculano, 37 - 1250-009 Lisboa
Rua Zeferino Brandão - 2005-240 Santarém
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt - geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 192
Tel. 243 323 976 - Fax 243 323 289
Tel. 262 841 981 - Fax 262 842 537

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Doc. n.º I11997-201408-DSOT/DGT

Damas Antunes
Vice-Presidente

Suspensão Parcial e Medidas Preventivas - Plano de Pormenor das Amoreiras
Câmara Municipal de Lisboa
Proc.º: 16.150.10.50.00008.2009

Parecer no âmbito do nº 4 dos artigos 100º e 109º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT), sobre a suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras e estabelecimento de Medidas Preventivas para a área da Unidade de Execução 1 (UE1)

1- PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL

A suspensão que a Câmara Municipal de Lisboa pretende encetar ao plano de pormenor (PP) incide sobre os seus elementos constituintes na área correspondente à Unidade de Execução 1.

Segundo o Relatório de fundamentação da proposta, estamos perante circunstâncias excecionais resultantes da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social para a zona em causa, impeditivas do desenvolvimento expectável e que retiram ao município as condições para dar cumprimento aos acordos firmados e assim prosseguir a concretização de interesses públicos relevantes.

Tendo em vista a concretização das propostas do PP para a UE1, a CML encetou o desenvolvimento de reuniões com os proprietários envolvidos sem contudo ter sido obtido qualquer entendimento para prosseguir os projetos e a elaboração dos documentos conducentes à concretização da proposta.

Constatada assim a dificuldade de concretizar a execução do plano e verificando-se que o mecanismo alternativo de expropriação (previsto no artigo 128º do RJIGT) acarretaria encargos financeiros que a CML, na atual conjuntura económico-financeira, não dispõe, fica-se perante uma situação de bloqueio à sua execução.

A CML propõe a Suspensão e implementação de Medidas preventivas na UE1 que consistem *"na suspensão do Plano de Pormenor das Amoreiras ... e aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) em vigor para os espaços a consolidar centrais e residenciais, em polaridades (POLU)"*.

2 -APRECIAÇÃO

2.1 - RJIGT

A CML enquadra devidamente o pedido de parecer no artigo 100º do RJIGT (suspensão), conjugado com o artigo 109º (medidas preventivas).

De acordo com o n.º 8 do artigo 100º do RJIGT, a suspensão de PMOT implica o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de PMOT para a área em causa.

A CML apresenta o texto das Medidas Preventivas e cópia da Proposta n.º 405/2014 (não assinada) que terá sido levada à reunião de Câmara de 23-07-2014 onde foi decidido dar início ao procedimento de

2

alteração do PP, aprovados os Termos de Referência e a dispensa de AA, bem como a abertura do período de participação pública.

Segundo o nº 5 do artigo 112º do RJIGT, uma área só pode voltar a estar abrangida por medidas preventivas depois de decorridos quatro anos sobre a caducidade das anteriores. De acordo com o texto da Proposta n.º405/2014, a área em causa não foi abrangida por medidas preventivas nos últimos quatro anos.

2.2 - Outras disposições legais e regulamentares aplicáveis

Relativamente às disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente os diplomas complementares DR nºs 9/2009, 10/2009 e 11/2009 e DL nº 232/2007, julga-se não se justifica avaliar do respeito por outros diplomas para além do RJIGT.

A área da UE1 não colide com RAN ou com REN, pelo que não se avalia do respeito pelos respetivos regimes jurídicos.

2.3 - Outros IGT que abrangem a área

Segundo o n.º 4 do artigo 100º do RJIGT o parecer da CCDR sobre a proposta de suspensão "*incide apenas sobre a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis*".

No âmbito da apreciação das medidas preventivas, importa verificar do respeito por outros IGT e respetivas normas face ao conteúdo territorial e material em presença.

O PDML foi publicado em 30-08-2012, pelo Aviso n.º 11622/2012 e insere a área da UE1 em *Espaços a Consolidar*, maioritariamente em *Espaços Centrais e Residenciais - POLU* e parcialmente em *Espaço de Uso Especial- De equipamentos a Consolidar*. O PDML identifica a existência de uma pequena área da UE1 com suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes (PO-4 - riscos). A vulnerabilidade sísmica é baixa (PO-5-riscos). Sobre esta área impende a servidão do Aeroporto de Lisboa.

O PROT AML foi publicado em 08-04-2002 e insere a área na Unidade Territorial 2 - Lisboa - Centro Metropolitano, subunidade Coroa Envolvente de Lisboa. Segundo o Modelo Territorial insere o local em "Área Urbana Central a Revitalizar". Não estão em causa áreas da ERPVA/REM.

2.4 - Fundamentação da Proposta

Nos termos do disposto no RJIGT, a suspensão de um PMOT decorre sempre de circunstâncias excecionais decorrentes da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano.

A CML apresenta argumentos suficientes que permitem considerar tratar-se de uma circunstância excecional, decorrente da alteração das perspetivas de desenvolvimento económico e social local para a zona em causa, impeditivas do desenvolvimento e concretização dos procedimentos de execução.

Nos termos do disposto no RJIGT, o estabelecimento de medidas preventivas destina-se genericamente a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano.

Decorrendo da proposta de estabelecimento de medidas preventivas que estas consistem, para além da suspensão do PP, na aplicação do ordenamento do PDML para os *espaços a consolidar centrais e residenciais em polaridades urbanas (POLU)*, não se afigura que esteja salvaguardado o modelo de ordenamento que a alteração do PP visa atingir, bem como a integração/harmonização com a restante área do plano.

Para além disso, segundo o PDML a execução nos espaços a consolidar realiza-se no âmbito de UE (n.º 2 do artigo 58º), parecendo-nos haver aqui alguma redundância mantendo-se a necessidade de UE, sem prejuízo do artigo 60º do Reg. do PDML que alude às *operações urbanísticas* admitidas nos *espaços a consolidar centrais e residenciais*.

Acresce que, para além da referida categoria de *espaços a consolidar centrais e residenciais em polaridades urbanas (POLU)*, o PDML estipula para a área da UE1 outra categoria, a saber, *Espaço de Uso Especial - De equipamentos a Consolidar*.

Verifica-se assim que as Medidas Preventivas propostas não se articulam com o pedido de suspensão, nomeadamente no seu âmbito material, ainda que estejam devidamente estruturadas.

2.5 - Conteúdo material e documental

Conteúdo material

O pedido de suspensão integra, para além da fundamentação:

➤ O prazo

Não é indicado o prazo.

➤ A incidência territorial

A área do PP a suspender (UE1) está claramente indicada em peça gráfica (planta de implantação do PP) e integra 11 parcelas cuja área é identificada na planta.

➤ As disposições suspensas

Não são indicadas as disposições do Regulamento do PP suspensas.

A proposta de estabelecimento de medidas preventivas integra, para além da fundamentação:

➤ O âmbito territorial

Encontra-se definido qual o âmbito territorial das medidas preventivas

➤ O âmbito material

Art.º 1.º - Objetivo - estipula-se nesta norma que as medidas preventivas são estabelecidas por motivo da suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras. Ora, e salvo melhor opinião, a razão de ser do estabelecimento de medidas preventivas nunca poderá ser o objetivo das mesmas.

Tal como resulta do art.º 100.º, n.º8 do RJIGT, a suspensão implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de um procedimento de elaboração, revisão ou alteração do plano municipal de ordenamento do território para a área em causa, ou seja o estabelecimento de medidas preventivas resulta aqui de uma imposição legal.

Questão diversa é o objetivo que as mesmas visam e esse é, enquanto medidas de natureza cautelar que são, impedir que, por efeito da realização de determinadas ações, os objetivos da atividade de planeamento desenvolvida com a elaboração, revisão ou alteração, saiam comprometidos.

Art.º 2.º - Âmbito territorial - encontra-se definido qual o âmbito territorial das medidas preventivas.

Art.º 3.º - Âmbito material - começa-se o texto da norma por elencar/reiterar como sendo o âmbito material das medidas o que é o seu âmbito territorial, estipulando-se de seguida que as mesmas traduzem-se na "aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) em vigor para os espaços a consolidar centrais e residenciais, em polaridades urbanas (POLU)." Ou seja, e tanto quanto nos é possível alcançar pretende-se "retroceder" na decisão de manutenção em vigor e de atribuição de prevalência sobre as normas do PDM de Lisboa atribuída a este plano de pormenor pelo art.º 5.º do regulamento do PDM de Lisboa, no que a esta unidade de execução concerne, e fazer-lhe aplicar as regras decorrentes do regulamento do PDM.

Ora no art.º 107.º do RJIGT relativo ao âmbito material das medidas preventivas, mais concretamente, o seu n.º4, elenca as tipologias legalmente admissíveis, ressaltando que o texto ora proposto não é consentâneo com a norma citada, tanto mais que a mesma deve ser interpretada como tratando-se de um elenco taxativo.

Assim, e porque a proposta que ora nos foi presente não enuncia nenhuma das ações legalmente tipificadas no RJIGT somos de parecer que a mesma não se mostra conforme com a citada norma.

Ao já exposto aduz-se que o n.º5 do art.º 107.º do RJIGT determina que as medidas preventivas abrangem apenas as ações necessárias para os objetivos a atingir, que deverão ser o mais determinadas possível, de acordo com as finalidades do plano.

➤ O âmbito temporal

O prazo indicado é dois anos a contar da data de publicação em Diário da República, caducando com a entrada em vigor da Alteração ao PP.

Conteúdo documental

O processo não foi instruído com cópia da deliberação camarária de 23-07-2014 que aprovou o procedimento de alteração ao PP, termos de referência, dispensa de AA e abertura do período de participação pública.

A proposta n.º 405/2014 que terá sido levada à sessão de câmara não está assinada.

A peça gráfica apresentada é suficiente e contém toda a informação necessária.

2.6 - Procedimento seguido

508640-201408-DSOT/DGT-S - 29-08-2014

Relativamente ao procedimento verifica-se que, até esta fase, o processo seguiu genericamente as Normas de Procedimento desta CCDR nº 04/OT e nº 05/OT.

- Pode considerar-se que a obtenção de parecer por parte da CML junto desta CCDR cumpre o disposto no n.º 8 do artigo 96º do RJIGT.
- A CML deliberou em 23-07-2014 sob proposta n.º 405/2014 e enviou à CCDR para parecer (cf. n.º 4 do artigo 100º e n.º 3 do artigo 109º do RJIGT).
- A CCDR poderá, no prazo de 22 dias, promover uma conferência de serviços com entidades representativas dos interesses a ponderar de acordo com o disposto no artigo 75º B, com as necessárias adaptações e envia à CM o resultado da reunião. Considera-se não ser necessário consultar outras entidades e portanto não ser de promover uma conferência de serviços (nº 5 do artigo 100º do RJIGT).

3 - Conclusão

Da análise técnica e jurídica realizada à proposta da CML de suspender parcialmente o PP e de estabelecer medidas preventivas para a área da UE1, verifica-se que está genericamente fundamentada, contudo do ponto de vista do conteúdo material:

- não é indicado o prazo,
- não são indicadas as disposições do Regulamento do PP suspensas,
- o texto das Medidas preventivas proposto não é consentâneo com o n.º 4 do art.º 107.º do RJIGT, tanto mais que a mesma deve ser interpretada como tratando-se de um elenco taxativo, sendo que a remissão para a categoria de espaço do PDML não se afigura salvaguardar o modelo de ordenamento que a alteração do PP visa manter, bem como a integração/harmonização com a restante área do plano,

pelo que se emite parecer desfavorável, nos termos do n.º 4 do artigo 100º, conjugado com o n.º 3 do artigo 109º do RJIGT.

Por último, o processo também não foi instruído com cópia da deliberação camarária de 23-07-2014.

DSOT/DGT, agosto de 2014


Damas Antunes
Vice-Presidente



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRIMEIRO-DEPUTADO
TERCEIRO-DEPUTADO

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, 37 - 1250-009 Lisboa
Rua Zeferino Brandão - 2005-240 Santarém
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt - geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 192
Tel. 243 323 976 - Fax 243 323 289
Tel. 262 841 981 - Fax 262 842 537



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DACM
Prop. n.º 597/2014
Fls. 111

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Campo Grande, 25-8ªA
1749-099 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
correio eletrónico	10-10-2014	S10819-201410-DSOT/DGT 16.150.10.50.00008.2009	

ASSUNTO: **Suspensão Parcial e Medidas Preventivas
Plano de Pormenor das Amoreiras
Câmara Municipal de Lisboa
Lisboa / Lisboa**

Junto se envia o parecer que resultou da análise técnica e jurídica realizada aos novos documentos que nos foram enviados por essa Câmara Municipal em 10.out.2014, na sequência do parecer desfavorável emitido em 29.agos.2014 (anexo ao of. n.º S08640-201408-DSOT/DGT).

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente

Damas Antunes

ANEXO: Parecer n.º I14798-201410-DSOT/DGT
AC



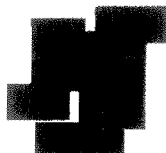
GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Rua Alexandre Herculano, 37 - 1250-008 Lisboa
Rua Zeferino Brandão - 2005-240 Santarém
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt - geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 192
Tel. 243 323 976 - Fax 243 323 289
Tel. 262 841 981 - Fax 262 842 537



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCDRLVT

Doc. I14798-201410-DSOT/DGT

1 | 2

Suspensão Parcial e Medidas Preventivas - Plano de Pormenor das Amoreiras
Câmara Municipal de Lisboa
Proc.º: 16.150.10.50.00008.2009

Parecer no âmbito do nº 4 dos artigos 100º e 109º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT) sobre **Suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras e estabelecimento de Medidas Preventivas para a área da Unidade de Execução 1 (UE1)**

1 - Introdução/Antecedentes

A presente apreciação surge na sequência do parecer desfavorável emitido pela CCDRLVT em 29.agos.2014 (anexo ao of. n.º S08640) à proposta da Câmara Municipal de Lisboa (CML) de **Suspensão Parcial e Medidas Preventivas** na área correspondente à **Unidade de Execução 1 (UE1)**, nos termos dos n.ºs 4 dos artigos 100º e 109º do RJIGT, e tem por base a documentação rececionada nos serviços em 10.out.2014 na sequência da reunião realizada com os serviços técnicos camarários em 03.out.2014, a saber:

- 1 - Relatório de fundamentação para a proposta de suspensão parcial do plano de pormenor das amoreiras
- 2 - Texto da proposta n.º...../2014 à Câmara Municipal de Lisboa para efeitos de proposta à Assembleia Municipal de Lisboa, com texto das MP em anexo e planta (vd. n.º 3 abaixo)
- 3 - Planta de implantação do plano com delimitação/identificação da área a abranger pela Suspensão e Medidas Preventivas

2 - Fundamentos do parecer emitido pela CCDRLVT

Fundamentos do parecer desfavorável emitido pela CCDRLVT em matéria de conteúdo material da suspensão e das Medidas Preventivas:

- não era indicado o prazo da suspensão;
- não eram indicadas as disposições do Regulamento do PP suspensas,
- o texto das Medidas preventivas proposto não era consentâneo com o n.º 4 do art.º 107.º do RJIGT, tanto mais que a mesma deve ser interpretada como tratando-se de um elenco taxativo, sendo que a remissão para a categoria de espaço do PDML não se afigura salvaguardar o modelo de ordenamento que a alteração do PP visa manter, bem como a integração/harmonização com a restante área do plano.

Ao nível do conteúdo documental:

- o processo não se encontrava instruído com cópia da deliberação camarária de 23-07-2014 (que aprovou o procedimento de alteração ao PP, termos de referência, dispensa de AA e abertura do período de participação pública),



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRÉSIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Rua Alexandre Herculano, 37 - 1250-009 Lisboa
Rua Zeferrino Brandão - 2005-240 Santarém
Rua de Camões, 85 - 2500-174 Caldas da Rainha

www.ccdr-lvt.pt - geral@ccdr-lvt.pt

Tel. 213 837 100 - Fax 213 837 182
Tel. 243 323 976 - Fax 243 323 289
Tel. 262 841 981 - Fax 262 842 537

CCDRLVT

2 | 2

- a proposta n.º 405/2014 que foi levada a sessão de câmara não se encontrava assinada.

3 - Apreciação dos novos documentos

Relativamente ao prazo da suspensão e às disposições do Regulamento do PP suspensas (cf. decorre do n.º 3 do artigo 100º do RJIGT), verifica-se que a nova proposta de deliberação refere *"A suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras abrange concretamente todas as disposições do respetivo Regulamento, e, vigora pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação no Diário da República, prorrogável por mais um ano, caducando com a entrada em vigor da Alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras."*

Verifica-se- assim que foram atendidas as observações da CCDRLVT relativamente às duas questões de instrução.

Já no que respeita ao texto da proposta, conjugado com o Artigo 3º das Medidas Preventivas, e atenta a formulação adotada, não se afigura que possa assumir a natureza de medidas preventivas de natureza antecipatória e se destinam a não tomar onerosa a execução do plano.

Nesse sentido, deve a CML rever e ajustar o antepenúltimo parágrafo da pág. 2 da proposta.

Especificamente sobre o conteúdo e formulação adotados para o Artigo 3º das Medidas Preventivas, **não se encontram expressamente identificados os artigos** do Regulamento do PDM de Lisboa que substituem o normativo do plano de pormenor e que, entre outras, passam a regular as ações permitidas, interditas, condicionadas, etc. na área da UE1.

Nesse sentido, deve a CML deve rever e adaptar o texto do Artigo 3º tendo em vista tornar a sua redação mais determinada e objetiva.

Finalmente:

- Deve a CML remeter-nos, para a devida instrução do processo, cópia(s) da(s) deliberação(ões) camarária(s) e respetivas propostas que as suportaram.
- Deve a CML eliminar o seguinte parágrafo da página 2 da proposta: *"Desta forma, foram ultrapassados os fundamentos do parecer da CCDR-LVT, conforme ata subscrita pelas duas entidades, e que se anexa à presente Proposta"*, uma vez que não espelha o resultado da reunião.

DSOT/DGT outubro de 2014-----



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 22 de outubro de 2014, as atas, a moção, o voto de louvor, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta.

Apreciação e aprovação das actas nºs. 35, 36 e 37 das Reuniões de Câmara de 23 de Julho e 03 de Setembro de 2014.

(Aprovadas por maioria com 13 votos a favor (7PS, 1Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 2 abstenções (1Ind. e 1CDS/PP))

Moção n.º 11/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Gonçalves Pereira)

Aprovar que a actividade dos Tuk Tuk seja incluída no Regulamento de Circuitos Turísticos em elaboração, nos termos da moção;

(Rejeitada com 10 votos contra (8PS e 2Ind.), 5 abstenções (3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto a favor (CDS/PP))

Voto de louvor n.º 1/2014 (Subscrito pelo Sr. Vereador Carlos Manuel Castro)

Aprovar o louvor a todos os elementos da comitiva que representou o Regimento de Sapadores Bombeiros e a Câmara Municipal de Lisboa no Campeonato do Mundo de Desencarceramento de 2014, realizado em Inglaterra, nos termos do voto de louvor;

(Aprovado por unanimidade)



Voto de Pesar n.º 14/2014 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do artista David de Almeida , nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 592/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, na área correspondente à Unidade de Execução 1, com estabelecimento de medidas preventivas para a mesma zona, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (6PS, 2Ind. e 3PPD/PSD) e 3 abstenções (1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 593/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a declaração de correção material do Plano de Urbanização do Vale de Santo António, para efeitos de conhecimento à Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (6PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (2PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))

Proposta n.º 594/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a declaração de retificação e correção material do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, para efeitos de envio à Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PS, 2Ind.), 2 votos contra (2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 641/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)
Aprovar a ratificação do despacho do Sr. Presidente em exercício que aprovou a 9ª. Alteração ao orçamento do Município de Lisboa 2014, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind., e 2PPD/PSD) e 1 abstenção (1PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Leby* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 22 de outubro de 2014

O Presidente

António Costa

- António Costa -

PROPOSTA N.º 592/2014 - APROVAR A SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DAS AMOREIRAS, NA ÁREA CORRESPONDENTE À UNIDADE DE EXECUÇÃO 1, COM ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A MESMA ZONA, PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Proposta n.º 592/2014, aprovar a suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, passo a explicar o que é que se passa com esta proposta, portanto há, como se recordam, veio à Câmara já em reuniões anteriores a proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor das Amoreiras, para o tornar mais exequível, dado que tem havido várias dificuldades na negociação com os proprietários para a implementação das unidades de execução.

Foi aprovado em Câmara a consulta pública, a proposta esteve em consulta pública, entretanto foi solicitado o parecer à CCDR, parecer esse que não é vinculativo, mas que no entanto tem que ser solicitado, a proposta chegou a estar agendada para uma reunião de câmara anterior, não veio a essa reunião porque ainda não tinha chegado formalmente o parecer da CCDR, esse parecer da CCDR já chegou, obrigou a alterar pontualmente o texto da proposta, que já foi, aliás, distribuído, portanto que estão identificadas na página 2, acrescentou-se um parágrafo 6.º, portanto são pequenas notas que resultam exatamente da reunião com a CCDR, e neste momento estão exatamente especificados quais são os artigos do Plano Diretor que se aplicam neste, enquanto estiver suspenso o Plano de Pormenor, e portanto a proposta está em condições e de ser apreciado em Câmara, para ser enviada para a Assembleia Municipal, a quem compete a decisão de suspender o Plano de Pormenor.

Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente em exercício, bom, daquilo que nos é possível verificar. Esta proposta não tem alterações profundas àquilo que era a proposta anterior, e portanto à proposta que aqui tem vindo da suspensão do Plano de Pormenor das Amoreiras, e portanto as críticas que então fizemos são exatamente as mesmas que mantemos, relativamente às questões do novo PDM, portanto esta área, esta OE1, fica abrangida pelas regras do novo PDM, nós entendemos que o novo PDM é

muito mais permissivo e portanto favorável aos proprietários no que diz respeito aos usos.

Nós temos preocupações em relação a estas questões que já em devido tempo, e na apreciação da proposta original, colocámos, achamos que não faz sentido termos alteração de sentido de voto.

Obrigado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Não tenho mais ninguém inscrito.

Eu gostava de explicar só muito rapidamente, como aliás, já expliquei na reunião anterior, a alteração mais significativa neste plano é a possibilidade de em terreno Municipal, e exclusivamente Municipal, poder ser assumido o compromisso que o Município tem com a EPAL, compromisso esse celebrado no tempo em que era Presidente o Dr. Jorge Sampaio, em que a Câmara se obrigou a ceder um, a transferir uma determinada área de construção para a EPAL.

Na versão anterior do Plano, essa área era repartida por vários proprietários, como o Mercado imobiliário praticamente estagnou, não foi possível concretizar essa proposta, e portanto aquilo que se está a fazer é rearrumar a ocupação, por forma a que seja possível numa parcela exclusivamente municipal e em que parte está ocupada pelos Bombeiros, e portanto isto já foi visto pelos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, seja possível disponibilizar o terreno para transferir para a EPAL.

Recordo também que no protocolo que temos com a EPAL, quer dizer, nós tínhamos um prazo que aliás já terminou, e pedimos para ser prorrogado até ao final deste ano, em que se a Câmara não fez as transferências era a Câmara que tinha de indemnizar a EPAL numa verba relevante, e daí também a urgência em acelerarmos este processo.

Muito obrigado.

Portanto eu não tenho mais ninguém inscrito, vou pôr a Proposta 592/2014, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto a proposta foi aprovada com a abstenção do PCP, e do CDS/PP, e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Vereador Manuel Salgado pôs à votação a Proposta 592/2014, a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (6PS, 2Ind. e 3PPD/PSD) e 3 abstenções (1CDS/PP e 2PCP).